

Londrina tem 13 empresas entre as 500 maiores do Sul

Agronegócio, construção civil e serviços são setores das companhias de destaque na cidade; Paraná assume liderança na maioria dos indicadores na região

Fábio Galiotto
Reportagem Local

Londrina fechou 2018 com 13 empresas entre as 500 maiores do Sul do País, no ranking da Revista Amanhã divulgado na última quarta-feira (30), e se consolidou como a vice-líder no Estado. Agronegócio, construção civil e serviços são os setores da maioria das principais companhias, que contam com três estreantes neste ano.

A distribuidora de insumos agrícolas e comercializadora de grãos Belagrícola assumiu a liderança na cidade sem nem mesmo aparecer no ranking anterior, de 2017. Os outros dois estreantes são a cooperativa financeira Sicoob Ouro Verde e o grupo Norpave, de atacado e varejo de veículos.

No caso da Belagrícola, os dados financeiros não eram divulgados até 2017 porque a empresa não era de capital aberto, mas o grupo chinês Dakang International Food Agriculture assumiu em novembro daquele ano o controle acionário, em transação de US\$ 253 milhões ou algo próximo a R\$ 820 milhões. A companhia com sede em Londrina passou então a trabalhar com ganhos de desempenho de cerca de 20% ao ano desde então, segundo o presidente da Belagrícola, Flávio Barbosa Andreo.

Na comparação dos balanços dos últimos dois anos, o VPG da Belagrícola disparou 417,1% e a receita, 34,76%. “Estamos em franca expansão dentro da nossa base e com pequenas expansões geográficas. Isso melhora nossa rentabilidade e deixa a empresa mais sólida”, diz Andreo, que espera crescimento de 20% neste ano e no próximo.

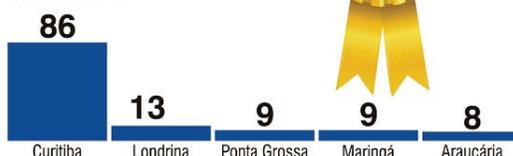
A companhia ainda gerou vagas mesmo com as dificuldades no mercado de trabalho nacional. “Desde a entrada dos chineses criamos cerca de 200 novos empregos e, muitas vezes, em pequenas cidades da região onde há menos oportu-

RANKING

Principais empresas do Paraná

Indicador	PR	SC	RS
Soma dos VPGs* (em R\$ bi)	142,3	107,3	129,6
Receita líquida (em R\$ bi)	207,4	175,3	184,3
Patrimônio (em R\$ bi)	115,4	73,8	109,0
Lucro líquido (em R\$ bi)	17,6	8,6	15,0
Prejuízo (em R\$ bi)	(1,3)	(5,2)	(1,4)
Número de empresas	186	125	189

POR CIDADES



Pos 2018	Pos 2017	Empresa	Setor	VPG	Variação	Receita Líquida*	Variação da Receita
48	0	Belagrícola	Atacado e Varejo	1672,73	417,1%	3429,7	34,76%
50	50	Integrada	Cooperativa de Produção	1626,02	277,75%	3310,34	24,2%
86	88	Grupo Plaenge	Construção	802,04	23,73%	791,76	-1,04%
119	130	Agro100	Agropecuária	581,5	53,99%	1299,31	7,92%
120	124	Cacique de Café Solúvel	Alimentos e Bebidas	577,68	17,48%	855,71	19,61%
156	154	A.Yoshii Engenharia	Construção	464,72	71,53%	554,78	24,65%
161	192	Sotran	Transporte e Logística	433,04	103,64%	1027,96	32,54%
185	201	Unimed Londrina	Saúde	357,29	49,09%	627,91	15,02%
291	287	Conasa - Cia.Nacional de Saneamento	Serviços Públicos	181,74	14,01%	163,21	17,67%
367	385	Fiação de Seda Bratac	Têxtil e Confecções	126,6	17,95%	138,96	15,54%
388	376	Sercomtel	Telecomunicações	111,89	-4,55%	187,71	-6,66%
399	0	Sicoob Ouro Verde	Financeiro	107	17,54%	117,79	4,78%
499	0	Norpave Veiculos	Atacado e Varejo	66,37	21,79%	140,9	61,34%

*Em milhões de reais
Fonte: Revista Amanhã

Folha Arte

nidades do que em Londrina e onde nos tornamos um dos principais ou o principal empregador”, conta o presidente da Belagrícola.

A Integrada Cooperativa Agroindustrial caiu para a segunda colocação na cidade, mas também mostrou avanços financeiros significativos. O VPG da empresa cresceu 277,75% e a receita, 24,2%. “Temos unidades dentro do Paraná, principalmente na região de Londrina, e dentro de São Paulo, para onde estamos expandindo, então nosso desempenho no ano passado foi bom, com crescimento de 24%”, diz o presidente da Integrada, Jorge Hashimoto.

Com a seca que prejudicou a safra de soja entre 25 e 30% na região e as cotações mais baixas, porém, Hashimoto espera que a Integrada feche 2019 com estabilidade. “Não teremos a mesma performance, mas a cada novo ciclo seguimos com nossos

compromissos de dar retorno aos cooperados e reinvestir na cooperativa.”

A terceira colocada foi a construtora Plaenge, cuja VPG subiu 23,73% e a receita desacelerou 1,04%. O diretor Marcelo Resquetti afirma que o grupo cresceu 22% em 2018 nas cidades onde atuava na época. “Foi um ano importante, porque investimos em melhorias de processos internos, processos de engenharia para melhoria da qualidade e da produtividade e no relacionamento com os clientes.”

Para 2019, a expectativa na construtora é superar a alta de 2018, o que já pode ser comprovado na geração de empregos. Eram 1.941 funcionários no ano passado e são 2.042 atualmente, ou 5% a mais. Estamos em fase de ampliação dos negócios e investimos em novas centrais de vendas em Londrina, Maringá e Curitiba”, diz Resquetti, que lembra ainda que o ano marca o primei-

ro lançamento em Campinas (SP) e o início das atividades em Porto Alegre.

PARANÁ À FRENTE

Ao mesmo tempo, o Paraná assumiu a liderança na maioria dos indicadores depois que a siderúrgica gaúcha Gerdau, que sempre foi a maior do Sul, anunciou no fim de 2017 a mudança da sede para São Paulo. A decisão da gigante gaúcha foi motivada pelo desejo em se aproximar do centro financeiro do País e facilitar a tomada de decisões estratégicas, como a venda de operações no exterior, segundo noticiado à época.

Sem a Gerdau, a maior empresa passou a ser a catarinense Bunge Alimentos. A BRF, também do agronegócio e do mesmo estado, é a segunda, seguida de perto pela paranaense Copel, que completa o pódio. A definição do ranking é feita a partir do VPG (Valor Ponderado de Grandeza), que

leva em consideração o patrimônio líquido (que tem peso de 50% no cálculo), receita líquida (40% de peso) e lucro líquido ou prejuízo (10%).

O Paraná tem o melhor desempenho somado das empresas em VPG, receita líquida, patrimônio e lucro líquido, além de menor prejuízo nas que tiveram problemas. Por outro lado, o Rio Grande do Sul segue com o maior número de grandes empresas, com 189, ante 186 do Paraná e 125 de Santa Catarina. As catarinenses ganham dos vizinhos somente em menor nível de endividamento, com 52,4%, frente 54,2% das gaúchas e 54,7% das paranaenses.

Além da Copel, completam a sequência estadual das dez maiores Coamo Cooperativa Agroindustrial, Klabin, Rumo, Itaipu Binacional, Renault, Fertipar, Sanepar, Kirton Bank e C.Vale Cooperativa Agroindustrial.

‘Nosso espírito não é integrar cartéis’, diz Guedes sobre a Opep

Nicola Pamplona
Folhapress

Rio de Janeiro - O ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou nesta sexta-feira (1) que a orientação econômica do Brasil é contra cartéis como a Opep (Organização dos Países Exportadores de Petróleo), que reúne alguns dos maiores produtores mundiais.

Na quarta (30), o presidente Jair Bolsonaro afirmou em evento com investidores que gostaria que o Brasil integrasse a organização, mas que precisaria conversar com Guedes e com o ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, sobre o assunto.

“As nossas concepções, como parte das democracias liberais ocidentais, jamais seriam de usar cartéis, fortalecer cartéis para encerrar democracias que giram em cima de óleo”, disse o ministro da Economia nesta sexta. “Nosso espírito não é esse.”

Guedes participou de assinatura do aditivo ao contrato da cessão onerosa, que garantiu à Petrobras o direito de explorar

cinco bilhões de barris de petróleo do pré-sal em troca de ações para o governo no processo de capitalização da estatal, em 2010.

O aditivo garante à estatal R\$ 33 bilhões em ressarcimento pela queda no preço do petróleo entre a assinatura do contrato original e a confirmação de descoberta das reservas, e permite a realização do megaleilão do pré-sal na próxima semana.

O leilão vai oferecer volumes excedentes aos cinco bilhões de barris aos quais a Petrobras tem direito. É considerado a maior oferta de reservas de petróleo já feita no mundo, com potencial de arrecadação de até R\$ 106 bilhões, caso todas as áreas sejam vendidas.

Na cerimônia, o governo disse que o Brasil pode subir da dé-



O ministro ponderou dizendo que como princípio geopolítico, o País deve “sentar e conversar em qualquer ambiente”

cima para a quinta posição entre os maiores produtores mundiais de petróleo.

Assim, disse Guedes, o convite para participar da Opep é “inevitável”. Ele frisou, porém, que o governo “acredita na democra-

cia, na economia de mercado, na cooperação e integração”.

O cartel reúne países árabes e a Venezuela, com o objetivo de tentar controlar os preços do petróleo por meio de ajustes na oferta global - cortando produção quando os preços estão muito baixos ou ampliando a oferta em caso de disparada nas cotações.

Guedes afirmou que o país vai receber investimentos de países dependentes de petróleo.

“Será que devemos devolver exatamente através de acordo para controlar preços?”, questionou.

Ele disse, porém, que como princípio “geopolítico”, o país deve sentar e conversar “em qualquer ambiente”.

Também presente à cerimônia, o ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, evitou opinar sobre o tema, alegando que ainda não se reuniu com Bolsonaro após a viagem do presidente.

Governo quer rever isenção da cesta básica, Simples e PIS/Cofins

Fábio Pupo
Folhapress

Brasília - O Ministério da Economia pretende reduzir os subsídios fiscais no país concentrando esforços em propostas voltadas ao PIS e à Cofins, que geraram uma renúncia fiscal de R\$ 78 bilhões em 2018. Entre os programas em análise estão a desoneração da cesta básica e o Simples Nacional.

A ideia é reonerar os programas que têm renúncia, em especial nos dois tributos, para tentar reduzir em 10% os subsídios tributários concedidos pela União já em 2020.

O governo vai depender do Congresso para alcançar a meta, uma vez que as medidas serão encaminhadas por meio de projetos de lei.

Os benefícios tributários vêm apresentando um crescimento contínuo e, em 2018, chegaram a R\$ 292 bilhões (incluindo a Zona Franca de Manaus, com R\$ 25 bilhões).

Ainda não está decidido onde serão feitas as alterações, mas entre os alvos dos estudos estão os benefícios à cesta básica. Os produtos têm alíquota zero de PIS e Cofins, principalmente com base em leis criadas em 2004.

Posteriormente, com a edição de uma medida provisória convertida em lei em 2013, foi ampliado o rol de produtos desonerados com a inclusão de itens de higiene e limpeza.

Estudo do Ministério da Economia já sugeriu há pouco mais de um mês uma revisão das renúncias da cesta básica por entender que elas acabam beneficiando também classes mais ricas da população.

No total, a política de desoneração da cesta básica corresponde a 5,4% dos subsídios tributários federais, o equivalente a R\$ 15,9 bilhões em 2018.

A proposta discutida internamente pelo ministério e apresentada em estudo técnico foi reduzir parcialmente as desonerações da cesta básica e realocar os recursos para o Bolsa Família, que é visto pelos técnicos como uma política de transferência de renda mais eficiente.

Apesar disso, o próprio governo faz ressalvas sobre consequências da proposta. Entre elas, o fato de o Bolsa Família não prever reajustes anuais (diferentemente da desoneração da cesta básica, que acompanha a inflação).

Outra ponderação é que elevar recursos para o programa de transferência de renda gera impacto no teto de gastos (enquanto a renúncia de receitas da cesta, não).

Outro item alvo de revisão, mas ainda sem decisão tomada, são os benefícios do Simples Nacional. O programa é um regime tributário diferenciado para microempresas e empresas de pequeno porte.

O Simples é o principal gerador de renúncias tributárias da União. Em 2018, o montante chegou a R\$ 74,8 bilhões. Técnicos veem os números com preocupação e discutem a possibilidade de mudanças.

No entanto, uma parte do ministério diz acreditar que alterações no Simples têm de ser cuidadosas para não estimular a saída de contribuintes do programa e estimular o crescimento da informalidade.